



FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - FATECS
CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**IMPLICAÇÃO DA FALTA DE CONTROLE NO CONTROLE INTERNO
DE CONTAS A RECEBER**

FERNANDO LEOVEGILDO DE SÁ LOPES
2063046/1

JOÃO ALBERTO DE ARRUDA

Brasília/DF, Novembro de 2010.

FERNANDO LEOVEGILDO DE SÁ LOPES
2063046/1

**IMPLICAÇÃO DA FALTA DE CONTROLE NO CONTROLE INTERNO
DE CONTAS A RECEBER**

Monografia apresentada como um dos requisitos para conclusão do curso de Contabilidade do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.
Prof. Orientador: João Alberto de Arruda

Brasília/DF, Novembro de 2010.

FERNANDO LEOVEGILDO DE SÁ LOPES
2063046/1

**IMPLICAÇÃO DA FALTA DE CONTROLE NO CONTROLE INTERNO
DE CONTAS A RECEBER**

Monografia apresentada como um dos requisitos para conclusão do curso de Contabilidade do UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.

Prof. Orientador: João Alberto de Arruda.

Banca examinadora:

Prof. Orientador:
João Alberto de Arruda

Prof.(a). XXXXXXXXXXXXXXXX
Examinador (a)

Prof.(a). XXXXXXXXXXXXXXXX
Examinador (a)

Brasília/DF, Novembro de 2010.

RESUMO

Nos tempos de hoje, o uso do controle interno se tornou algo fundamental para o sucesso das empresas, o mercado esta cada vez mais exigente e competitivo, fazendo com que as empresas possuam um ótimo controle interno a fim de aperfeiçoar os lucros e minimizar as perdas e com isso evitar erros operacionais internos na organização. O controle interno de contas a receber possui outra destinação, a de evitar além de uma falsa impressão sobre esse grupo de contas como há também um registro detalhado de todos os contratos que possui em vigência, projetando assim novas políticas de vendas. O estudo Objetiva apresentar a implicação da falta de controle do controle interno de contas a receber e, utilizando como abordagem para o alcance do objeto a identificação das características essenciais do controle interno de contas a receber, o levantamento dos aspectos principais de contas a receber e a demonstração das implicações da falta de controle. A abordagem do tema visa a obtenção da resposta ao problema do estudo, “O controle do controle interno de contas a receber é relevante para uma organização?” Este estudo foi realizado utilizando-se de pesquisa bibliográfica, onde visa observar o controle interno como ferramenta de busca para objetivos realmente determinantes no sucesso e crescimento das empresas. Porém, a pesquisa irá focar apenas no controle interno de contas a receber, onde o uso se torna necessário para que se possa, por parte dos investidores, terem uma visão real e assim determinar qual a porcentagem de investimentos que devem utilizar a fim de trazer um esperado retorno financeiro. O estudo esta dividido em três etapas, a primeira etapa abordou o controle interno e sua implicação, a segunda etapa abordou as contas a receber que abrangidas pelo controle interno e a terceira etapa, a implicação do uso do controle interno no setor de contas a receber.

Palavras Chave: Controle interno, Contas a receber e Implicação do controle interno.

ABSTRACT

In modern times, the use of internal control has become something fundamental to the success of companies, the market is increasingly demanding and competitive, so that companies have a good internal control in order to optimize profits and minimize losses and thereby avoid operational errors in the internal organization. The internal control of accounts receivable has another destination, to avoid the addition of a false impression about this group of accounts as there is also a detailed record of all contracts it has in force, thus projecting new sales policies. The study aims to present the implication of lack of control of the internal control of accounts receivable and, using as an approach to reach the object to identify the essential characteristics of the internal control of accounts receivable, the survey of the main aspects of accounts receivable and demonstration of the implications of the lack of control. The theme aims at finding the answer to the problem of the study, "The control of the internal control of accounts receivable is relevant to an organization?" This study was undertaken using a literature search, which aims to observe the internal control as a tool search for real goals for the success and growth of enterprises. However, research will focus only on the internal control of accounts receivable, where the use is necessary so that we can, by investors, have a real vision, and determine what percentage of investments that should be used to bring an expected financial return. The study is divided into three stages, the first step addressed the internal control and its implication, the second step dealt with the accounts receivable within the internal control and the third stage, the implication of the use of internal control in the industry of accounts receivable.

Keywords: Internal Control, Receivables and Implication of internal control.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Sistema de Controle Interno

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. CONTROLE INTERNO	10
1.1. Princípios Fundamentais do Controle Interno	11
1.1.1. Controles Organizacionais	13
1.1.2. Controle de Sistemas de Informações	13
1.1.3. Controle de Procedimentos	14
1.2. Objetivos do Controle Interno	15
1.3. Limitações de Controle Interno	17
1.4. Avaliação do Controle Interno	17
1.4.1. Realce do Sistema	18
1.4.2. Avaliação	19
1.4.3. Realização de teste de cumprimento de normas internas	19
2. CONTAS A RECEBER	21
2.1. Funcionalidade das Contas a Receber	22
2.2. Classificação das Contas a Receber	21
2.2.1. Contas Ativas	23
2.3. Avaliação das Contas a Receber	23
2.5. Duplicatas a Receber	24
2.6. Duplicatas Descontadas	24
2.7. Impostos a Recuperar	25
2.8. Outros Créditos	25
2.8.1. Títulos a Receber	26
2.8.2. Cheques em Cobrança	26
2.8.3. Dividendos Propostos a Receber	26
2.8.4. Bancos – Contas Vinculadas	27
2.8.5. Juros a Receber	27
2.8.6. Adiantamento a Terceiros	27
2.8.7. Créditos de Funcionários	27
2.8.8. Tributos a Compensar e Recuperar	28
2.8.9. Operações em Bolsa	28
2.8.10. Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	28
2.8.11. Provisões	29
2.8.12. Ajustes a Valores Presentes	39
3. FALTA DE CONTROLE NO CONTROLE INT. DE CONTAS A RECEBER	31
CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

INTRODUÇÃO

Por ideologia, toda empresa possui controles internos para assegurar um bom funcionamento. Um controle interno adequado é aquele estruturado pela administração e que venha a propiciar uma margem de garantia de que os objetivos e as metas serão atingidos de maneira eficaz, eficiente e com a necessária economia dentro da empresa.

Isso significa que os erros e os procedimentos ilegais serão evitados, detectados e corrigidos dentro de um curto prazo pelos próprios funcionários, como parte de suas funções habituais na empresa.

O controle interno não é, necessariamente, um complexo sistema de rotinas e procedimentos burocráticos. A arte e a sensibilidade do administrador residem na capacidade de implantar os sistemas de controle que apresentem uma relação custo-benefício favorável para a empresa.

Para que o controle seja bem sucedido é preciso um bom sistema de informação com o intuito de identificar o que realmente deve ser realizado na entidade e qual a melhor decisão a ser tomada para ela.

O estudo Objetiva apresentar a implicação da falta de controle do controle interno de contas a receber e, utilizando como abordagem para o alcance do objeto a identificação das características essenciais do controle interno de contas a receber, o levantamento dos aspectos principais de contas a receber e a demonstração das implicações da falta de controle.

A abordagem do tema visa à obtenção da resposta ao problema do estudo, “O controle do controle interno de contas a receber é relevante para uma organização?”

Este estudo foi realizado utilizando-se de pesquisa bibliográfica, onde visa observar o controle interno como ferramenta de busca para objetivos realmente determinantes no sucesso e crescimento das empresas.

No primeiro capítulo, foi abordado o tema sobre controle interno dentro de uma organização ao qual, preferencialmente, têm caráter preventivo, e está voltado

para a correção de eventuais desvios em relação aos parâmetros estabelecidos, como instrumento fundamental para a gestão de uma empresa. Para tal é necessário que existam políticas administrativas claramente definidas e que estas sejam cumpridas, assim como, que os sistemas de informações, traduzidos em informações contábeis, operacionais e gerenciais sejam eficientes e confiáveis, sendo estes aspectos igualmente objeto do controle interno.

Já no segundo capítulo, trata-se de uma abordagem com relação às contas a receber dentro de uma organização, onde é de fundamental importância a contabilização dos créditos de liquidação. A legislação fiscal determinou uma relação de percentuais, mas a empresa deve avaliar se este percentual representa realmente os créditos que poderão ser perdidos.

E, o terceiro capítulo, menciona a importância do controle interno de contas a receber, assim como, a exigibilidade das autorizações que ocorrem principalmente para salvaguardar os direitos da empresa, pois nestas transações são comuns os acontecimentos de atos ilícitos dentro das organizações. No caso, as operações que merecem destaque são as de baixa por devolução ou perda. Estas atividades necessitam ser avaliadas, representam as situações mais frágeis e passíveis de manipulação por não envolver a conta caixa ou banco. Deve haver uma adequada monitoração nas operações das contas a receber, porque as movimentações de duplicatas na maioria das vezes transformam-se em dinheiro.

1. CONTROLE INTERNO

O sistema contábil assim como o controle interno compreende o plano de organização e procedimentos adotados pela empresa para proteger seu patrimônio, promover confiabilidade e tempestividade dos seus registros e demonstrações contábeis. O sistema contábil e de controle interno é de total responsabilidade da administração da empresa, contudo, o auditor deve efetuar algumas sugestões objetivas para seu aprimoramento.

Conforme Franco; Marra (1991 p. 207), o controle interno trata-se de uma ferramenta da organização destinados a vigilância, fiscalização verificação e análise administrativa, que permitam prever, monitorar, observar, dirigir ou governar os acontecimentos que são observados dentro da empresa e que produzam reflexos em seu patrimônio. (GRIECO, Pg. 14)

Para (HOJI, 2001, 316p) Seria mais racional que as próprias áreas que conhecem melhor suas atividades sejam responsáveis pelas entradas de dados e a contabilização seja automatizada. Nesse caso, a empresa precisaria criar mecanismos de controles internos que possibilitassem a verificação da exatidão dos registros. Isso poderia ser feito por meio de manuais de instruções, políticas, formulários, inventários, conciliações bancárias e outros instrumentos. (BIAZZI, 2005, pg. 42)

Conforme Franco; Marra (1991 p. 207), pode-se dizer que os meios de controles internos são pautados como registros, livros, fichas, mapas, boletins, formulários, pedidos, notas, faturas, guias, impressos e muitos outros utilizados para formar o sistema de vigilância, fiscalização e verificação utilizadas pelos administradores para exercer o controle sobre todos os fatos ocorridos na empresa, tanto para aqueles que exercem funções diretas como para aqueles que exercem funções indiretas na organização. (GRIECO, Pg. 14)

Quando o controle interno é exercido adequadamente sobre suas funções, este assume uma fundamental importância dentro da organização, objetivando atingir os resultados mais favoráveis com o menor desperdício possível. É preciso que se distinga que o termo Controle Interno não tem o mesmo significado de Auditoria Interna. A Auditoria Interna equivale a um trabalho organizado de revisão e apreciação normalmente executado por um departamento especializado. Já o

Controle Interno, refere-se aos procedimentos e à organização adotados como planos permanentes da empresa.

Por ser o conceito de controle interno muito amplo, para compreendê-lo melhor é preciso deter-se em seu real significado. Esta análise, fundamentada nos conceitos da administração, parece plenamente justificável, visto que o referido conceito enfatiza o plano organizacional ou estrutura organizacional; os sistemas administrativos; as políticas administrativas e a eficiência do pessoal da empresa.

Deve-se classificar o controle interno como: operacional, contábil e normativo, onde o controle interno operacional relaciona-se às ações que propiciam o alcance dos objetivos da entidade; o controle interno contábil funciona quanto à veracidade e à fidedignidade dos registros e demonstrações contábeis e por último, o controle interno normativo ao qual abrange a observância da regulamentação pertinente.

1.1 Princípios Fundamentais do Controle Interno

Os princípios e fundamentos do controle interno não são uniformes para todas as empresas. Cada empresa deverá estabelecê-los dentro de sua realidade conforme sua estrutura. É de responsabilidade da administração, a manutenção do sistema de controle interno adequado às atividades desenvolvidas pela empresa. As atribuições dos funcionários ou setores internos da empresa devem ser claramente definidas e limitadas, de preferência por escrito, mediante o estabelecimento de manuais internos da organização. Para (CREPALDI, 2009, Pg. 359) as razões para se definirem as atribuições são:

- Assegurar que todos os procedimentos de controles sejam executados;
- Detectar erros e irregularidades;
- Apurar as responsabilidades por eventuais omissões na realização das transações da empresa.

A seguir, segue alguns exemplos não anunciar o que ira fazer ou que foi feito de tarefas internas de controle, para as quais precisam ser definidos aos empregados responsáveis (CREPALDI, 2009, Pg. 359):

- Aprovação de aquisição de bens e serviços;
- Execução do processo de aquisição;

- Certificação do recebimento de bens ou prestação dos serviços;
- Habilitação do documento fiscal do fornecedor para pagamento;
- Programação financeira do pagamento;
- Guarda de talonários de cheques em branco;
- Preenchimento dos cheques para pagamento;
- Assinatura de cheques;
- Pagamento ao fornecedor;
- Aprovação de venda;
- Preparo da nota fiscal de venda, fatura e duplicata;
- Controle de cobrança de venda a prazo;
- Programação financeira do recebimento;
- Dentre outras tarefas.

Embora um plano de organização apropriado varie com o tipo de empresa, geralmente um plano satisfatório deve ser simples e flexível, devendo prestar-se ao estabelecimento de linhas claras e autoridade e responsabilidade. As delimitações que indicam certos planos especiais de organização e determinados métodos e procedimentos podem ser classificados como controles contábeis ou administrativos e variam, naturalmente, de acordo com circunstâncias específicas. Um elemento importante em qualquer plano de organização é a independência estrutural das funções de operação, custódia, contabilidade e auditoria interna. Tal independência requer uma separação de funções, de tal forma que os registros existentes fora de cada departamento sirvam como controles de atividades dentro dos departamentos.

A responsabilidade e a correspondente delegação de autoridades devem ser definidas de forma clara e colocadas em organogramas e manuais de procedimentos.

Não existe uma terminologia universal para descrever as categorias de controles internos, entretanto pode-se classifica-los segundo suas finalidades como: controles organizacionais; controles de sistemas de informação e controles de procedimentos.

1.1.1 Controles Organizacionais

Os Controles Organizacionais referem-se ao controle obtido por meio de maneira de designar responsabilidades e delegar autoridade. Essa estrutura é um marco no qual se realizam as atividades de planejamento, execução e controle das operações da entidade e cuja eficácia dependerá de considerações como (CREPALDI, 2009, Pg. 379):

- Atribuição de responsabilidade e delegação de autoridade claramente definidas;
- Segregação de funções incompatíveis para evitar que sejam controladas por qualquer indivíduo ou departamento da organização;
- Fornecimento de recursos, inclusive pessoal competente, em quantidade suficiente para o cumprimento das responsabilidades atribuídas;
- Existência de sistemas de mediação e avaliação do desempenho.

A partir dessas considerações apresentadas, a atribuição de responsabilidade e delegação de autoridade deve ser desempenhada em observância à segregação de funções devido a incompatibilidade de um funcionário exercer atribuições que podem colocar em risco a rotina de trabalho, a qualidade desempenhada e inclusive os ativos da empresa.

1.1.2 Controle do Sistema de Informação

O Controle do Sistema de Informação refere-se ao controle obtido mediante a prestação de informações aos níveis adequados da administração. Os sistemas de informação variam consideravelmente de uma empresa para outra e, em decorrência disso, torna-se impossível projetar um sistema de informação típico, capaz de ser utilizado como meio de comparação para determinar os pontos fortes e os pontos fracos de um determinado sistema. Abaixo, algumas características que um bom sistema não deve omitir (CREPALDI, 2009, Pg. 380):

- A informação deve ser suficientemente detalhada para permitir identificação das operações fora de linha ou possíveis problemas;
- Os relatórios devem conter informações relevantes para os usuários;
- A forma de apresentação deve destacar a informação de maior importância;
- A informação deve ser distribuída conforme as responsabilidades atribuídas;
- A informação deve ser usada pelos que tenham competência e tempo necessários para compreender seu significado e adotar medidas corretivas, caso seja necessário.

O sistema de informação na empresa é de grande importância, pois a permanente comunicação entre os funcionários e os setores da empresa se torna imprescindível para a obtenção dos resultados esperados e divulgação das informações geradas para as tomadas de decisões ocorridas ao longo da existência da empresa.

1.1.3 Controle de Procedimentos

Conforme CREPALDI. 2009, Pg. 381 “Os Controles de Procedimentos referem-se ao controle obtido mediante a observação de políticas e procedimentos dentro da organização.”

Conforme CREPALDI. 2009, Pg. 381 “Os procedimentos existentes em uma organização são implementados para que se alcance eficiência operacional e se atinjam os objetivos empresariais.”

Conforme CREPALDI, 2009. Pg.381 “São as seguintes algumas características desejáveis nos controles de procedimentos:

- Que sejam adequados à estrutura organizacional;
- Que sejam bem definidos e documentados;
- Que se mostrem fáceis de interpretar e aplicar.”

A rotina de trabalho é baseada em procedimentos utilizados para a obtenção e alcance dos resultados almejados, o controle de tais procedimentos deve ser

utilizado a fim de evitar que simples erros ou má interpretação por parte do funcionário possam vir a atrapalhar os objetivos da empresa.

1.2 Objetivos do Controle Interno

O sistema de controle interno de uma empresa é a combinação de políticas, procedimentos, sistemas operacionais, de informação e outros instrumentos mantidos pela administração. O controle interno tem como objetivos proteger os ativos, produzir os dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

Para (FAYOL, 1981, Pg. 139) “O controle tem por objetivo assinalar as faltas e os erros a fim de que se possa repará-los e evitar sua repetição”.

Para (Reske, Jacques, Marian, 2005, Pg. 111) “No momento em que se desenvolve um sistema de controle interno, as empresas devem objetivar que este apresente as características a seguir relacionadas:

- Confiabilidade – propiciar a obtenção de informações corretas para executar suas operações. As informações estão diretamente ligadas às decisões que a administração deseja tomar;
- Tempestividade – as informações devem ser atuais e exatas, pois são imprescindíveis no momento da tomada de decisões;
- Salvaguarda de ativos – os ativos de uma organização representam a aplicação de seus recursos, dessa forma, compreende-se que devem ser protegidos de qualquer ato que venha prejudicá-los. Compreendem-se ativos, como físicos (estoques, imobilizado), e não físicos (contas e receber, direitos);
- Otimização no uso de recursos – tanto quanto possível, deve-se a duplicação de esforços na execução das atividades e desencorajar o uso ineficiente dos recursos da empresa;
- Prevenção e detecção de roubos e fraudes – não é aceitável na atividade empresarial, tampouco em outras atividades, a ocorrência de roubos, fraudes e outras ações de natureza escusa.”

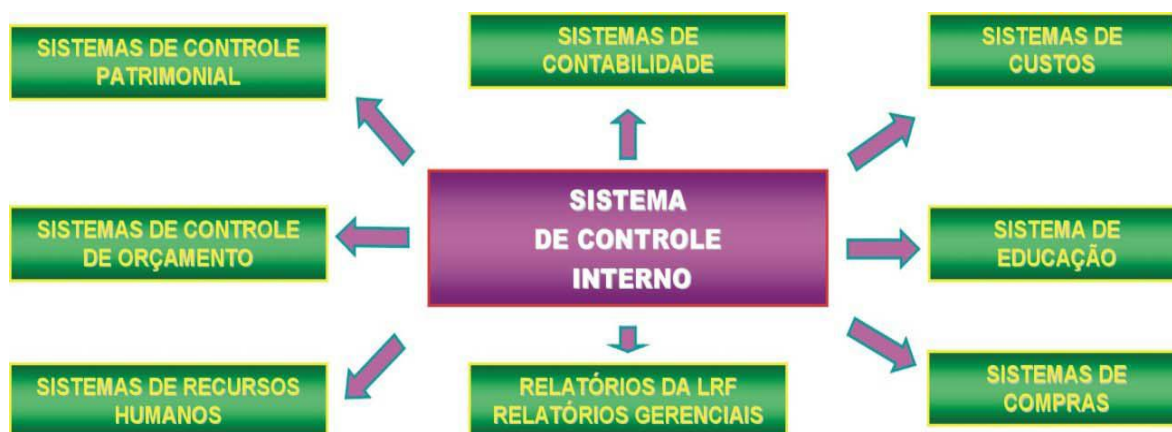
Para (CASTRO, Pg. 8) “Pode-se resumir a noção de controle interno como sendo um conjunto de métodos, processos e recursos empregados pela própria

estrutura interna de produção, com vistas a impedir o erro, a fraude, a ineficiência para realizar com plenitude a legalidade almejada da atuação administrativa.”

Para (CASTRO, Pg. 8) “Assim, resta claro que o controle interno é parte integrante do sistema de controle interno, que comporta (minimamente) além dos órgãos de controle interno, uma estrutura central orientadora das regras de controle e outras estruturas necessárias ao complexo de controle de um ente.”

Para (CASTRO, Pg. 11) “Neste sentido, com vistas a determinar a amplitude do sistema de controle interno, o Conselheiro Corregedor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Fernando Augusto Mello Guimarães, propôs o seguinte gráfico:”

Figura 01: Sistema de Controle Interno



Para (Attie, 2000, 114p) “Um sistema de controle interno bem desenvolvido pode incluir o controle orçamentário, custos-padrão, relatórios operacionais periódicos, análises estatísticas, programas de treinamento de pessoal e, inclusive, auditoria interna. Pode também, por conveniência, abranger atividades em outros campos, como, por exemplo, estudo de tempos e movimentos, e controle de qualidade.”

(CASTRO, Pg. 12) O sistema de controle interno, além de se constituir num excelente mecanismo gerencial e de transparência na atuação administrativa, também configura importante instrumento de efetivação da cidadania, pois dificulta a adoção de práticas clientelistas e vincula o gestor à prestação de contas constante à população.

1.3 Limitações do Controle Interno

Para (Reske, Jacques, Marian, 2005, Pg. 115) “No cenário atual, de forte concorrência, o sistema de controle interno é necessário e de fundamental importância para o sucesso das organizações, no entanto apresenta limitações e está sujeito a distorções e falhas decorrentes do mau entendimento das instruções ou informações.

Para (Reske, Jacques, Marian, 2005, Pg. 116) “Segundo Crepaldi (2002) na aplicação dos procedimentos de controle interno, podem ocorrer falhas ou distorções resultantes de entendimento precário das instruções, erros de juízo, descuidos ou outros fatores humanos.”

Os procedimentos de controle referentes à execução e ao registro das operações podem mostrar-se ineficazes em face dos erros ou irregularidade cometidos pela administração e em face das estimativas e juízos inadequados da administração na elaboração das demonstrações financeiras, dos orçamentos e fluxo de caixa.

Espera-se que um sistema de controle interno proporcione razoável certeza da consecução de seus objetivos. Após avaliar o sistema de controle e identificar aspectos administrativos e operacionais passíveis de melhorias, o auditor pode emitir se assim for o desejo dos administradores da entidade auditada, um documento denominado carta-comentário. E o relatório com as sugestões para aprimoramento dos controles internos, resultantes do trabalho do auditor independente, denomina-se carta de recomendações.

1.4 Avaliação do Controle Interno

(Reske, Jacques, Marian, 2005, Pg. 116) Para avaliar o sistema de controle interno, é necessário que se conheça o funcionamento do sistema, os princípios e procedimentos adotados e a rotina operacional da empresa.

Uma abordagem conceituadamente lógica à avaliação do controle interno pelo auditor consiste em aplicar medidas significativas na consideração das transações, relevantes e ativos correlatos envolvidos na auditoria tendo como

finalidade principal, detectar erros e irregularidades materiais nas demonstrações financeiras.

O interesse do auditor no controle interno é analítico, objetivando determinar até onde seu programa de auditoria deve ser reduzido ou estendido, em virtude da eficiência dos controles usados pela empresa. A avaliação dos controles internos tem como escopo principal determinar a natureza, a profundidade e a extensão dos exames finais de balanço e, como escopo secundário, sugerir aprimoramento em relatório específico.

Para (Marcelo Cavalcanti, 2003, 73) “A avaliação do sistema de controle interno compreende:

- Determinar os erros ou irregularidades que poderiam acontecer;
- Verificar se o sistema atual de controles detectaria de imediato esses erros ou irregularidades;
- Analisar as fraquezas ou falta de controle, que possibilitem a existência de erros ou irregularidades, a fim de determinar a natureza, data e extensão dos procedimentos;
- Emitir relatório-comentário dando sugestões para o aprimoramento do sistema de controle interno da empresa.”

Para (CREPALDI, 2009, Pg. 370) “O processo de avaliação do controle interno consta de três etapas, a saber:

- O realce do sistema;
- A avaliação propriamente dita do sistema;
- A realização de testes de cumprimento de normas internas.”

1.4.1 Realce do Sistema

O Realce do Sistema tem por objetivo:

“(…) obter informação de que o sistema funciona e pode-se alcançá-lo mediante discussão com as pessoas responsáveis pelo controle interno. Essas discussões só podem ser feitas apenas com o pessoal de alto nível hierárquico da organização(…)” (CREPALDI, 2009, Pg. 370)

Para (CREPALDI, 2009, Pg. 370) “As confirmações são, em geral, melhores quando provêm de um nível de supervisão, geralmente do superior imediato do funcionário encarregado do procedimento de controle.”

Para (CREPALDI, 2009, Pg. 370) “Pode-se também, obter evidências de controle visitando os locais de trabalho e observando o que fazem os empregados para controlar as operações.”

Para (CREPALDI, 2009, Pg. 371) “O passo seguinte na análise do sistema de controle interno é confirmar o conhecimento, executar procedimentos de reconstituição ou recapitulação dos controles de fluxo da documentação. E por último, documentar a análise do controle interno nos papéis de trabalho.”

1.4.2. Avaliação

Para (CREPALDI, 2009, Pg. 371) “Tendo documentado o sistema de controle interno, deve-se proceder a sua avaliação crítica para determinar sua eficácia e os pontos passíveis de melhoria.”

(CREPALDI, 2009, Pg. 372) “Durante a fase de avaliação, um aspecto de grande importância é a identificação dos controles-chaves do sistema.”

(CREPALDI, 2009, Pg. 372) “O controle chave é aquele que:

- Assegura que um sistema administrativo produza informação fidedigna;
- Serve de base para satisfação dos objetivos de auditoria.”

(CREPALDI, 2009, Pg. 372) “Os controles-chaves de um sistema variam em função dos objetivos de auditoria, assim como os objetivos de auditoria variam de acordo com as necessidades da administração.”

1.4.3. Realização de testes de cumprimento de normas internas

(CREPALDI, 2009, Pg. 372) “Cumprir constatar que o sistema funciona realmente como foi descrito, pois, a bem da verdade, pode haver diferenças substanciais entre o que foi relatado e o que foi fielmente aplicado.”

2. CONTAS A RECEBER

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 95) “As Contas a Receber representam normalmente um dos mais importantes ativos das empresas em geral. São valores a receber decorrentes de vendas a prazo de mercadorias e serviços a clientes, ou oriundos de outras transações.”

(SANTOS) “Toda e qualquer operação de venda que a empresa realiza, deve sempre ser baseado em documentos, ser registrado em uma planilha, formulário ou outro documento, de tal sorte que permita com uma passada de olhos conhecerem todos os compromissos vincendos, suas datas e valores bem como o seu montante.”

(Blatt) “As Contas a Receber podem ser perigosas quando fora de controle. Podemos evitar que isso aconteça recebendo no prazo e nas condições predeterminadas. Há uma série de ferramentas, procedimentos e serviços que ajudam a gerenciar as contas a receber tão profissionalmente como se administram outras áreas da empresa.”

(<http://www.contaspagar.com/contas-a-receber/>) “Quando se vive na sociedade capitalista e moderna que vivemos nos dias de hoje, não é possível ter muitas escolhas com relação às formas como a economia irá circular no mundo – principalmente se você não trabalha exatamente neste meio. Sendo assim, qualquer estabelecimento ou qualquer prestador de serviços deverá estar a par de como funciona, principalmente, o procedimento de contas a receber e a pagar, a fim de conseguir realizar toda a transação de forma clara e possuir os devidos comprovantes para o esclarecimento e pagamento do imposto de renda anual.”

Verifica-se que, caso o devedor esteja ciente de que o credor espera receber e que tomará ações efetivas caso isso não venha a acontecer, mais provavelmente ele o pagará. Tratando as Contas a Receber com seriedade, os clientes farão o mesmo. Todavia, se o credor tratá-las sem a devida importância permitirá que os seus clientes sempre levem vantagem. Conforme (Perez Junior, 1998, Pg 81):

Espera-se que um sistema de controle interno proporcione razoável certeza da consecução de seus objetivos. O conceito de certeza razoável leva em conta que o custo do controle interno não deve superar os benefícios esperados do mesmo. Esses benefícios consistem na redução das perdas decorrentes da não-consecução dos objetivos gerais implícitos na definição de controle contábil.

Desta forma, entender o que significa e como funcionam as contas a receber é relativamente muito fácil: significa que através de um papel, um comprovante – que no mundo da hotelaria e do turismo é chamado de *voucher* – a empresa ou a pessoa que tenha prestado o serviço fica com este papel como comprovante da realização do serviço e no período previamente combinado com a outra parte negociante um representante da companhia ou o próprio funcionário autônomo deverá se apresentar ao local a fim de receber o valor combinado pelo serviço prestado.

2.1 Funcionalidades das Contas a Receber

(ATTIE, 2010, Pg. 318) As entidades realizam operações de venda de suas mercadorias, produtos ou serviços e quando essas vendas são efetuadas para posterior recebimento, ou seja, a prazo, geram para a entidade um direito. Esse é registrado no ativo como contas a receber. Por tanto, contas a receber referem-se aos direitos de que a entidade é titular, decorrente dos eventos econômicos de venda a prazo de mercadorias, produtos ou serviços relativos ao seu objetivo social.

(ATTIE, 2010, Pg. 318) Nessas ocasiões, normalmente existe um contrato que determina as condições em que a transação será realizada, a forma de seu pagamento e ainda, as condições da emissão da fatura, vinculadas à efetiva aceitação do serviço pela entidade, ou da montagem da máquina, o que pode vir a ocorrer posteriormente. Nessas condições, o registro deverá ser feito com a ausência da nota fiscal, desde que a transação tenha efetivamente sido realizada.

(ATTIE, 2010, Pg. 318) Existem, também, serviços prestados regularmente, cujas notas fiscais ou faturas são emitidas em datas

programadas ou negociadas com os clientes, que é o caso de serviço público como – energia elétrica, telefone, água e gás, dentre outros.

(ATTIE, 2010, Pg. 318) As entidades realizam, ainda, outras operações, que resultam em valores a receber e que, não necessariamente, se originam de suas operações normais, ou seja, relativas ao seu objeto social e nesse caso, a classificação apropriada é chamada de outros créditos.

2.2. Classificação das Contas a Receber

(Rosa, 2005) “As contas a receber vencíveis no próximo exercício social ou dentro do ciclo operacional da sociedade (se superior a um ano) devem ser classificadas no ativo circulante. Quando o prazo de vencimento exceder a 12 meses ou ao ciclo operacional devem ser classificadas no ativo realizável a longo prazo.”

“As contas contábeis devem estar rigorosamente conciliadas, ou seja, os lançamentos constantes na Contabilidade deverão estar suportados por documentos e ainda registrados na conta correta, bem como os saldos contábeis serem confrontados com relatórios de outros setores (contas a Receber, a pagar, etc.) para refletirem a realidade da empresa. Ocorrem muitos casos, principalmente em empresas que não têm uma Auditoria Independente, os saldos não refletem a realidade da empresa, há lançamentos em contas erradas ou faltam lançamentos, por esses motivos as contas devem estar conciliadas.” (PORTAL DE AUDITORIA)

Conforme (PORTAL DE AUDITORIA) “Sendo apresentada à composição de saldo pelo contador, basta solicitar ao setor que tem ligação com a conta – exemplo: contas a receber – e pedir um relatório com a composição do saldo na data base do balancete/balanço. Confrontando os saldos, há uma segurança com relação à contabilidade e o outro setor.”

Para (PORTAL DE AUDITORIA) O balanço patrimonial que é um instrumento contábil que indica em um determinado momento a situação financeira, econômica e

patrimonial de uma entidade nas quais as contas são classificadas como: Ativo, Passivo e Contas de Resultado.

2.2.1 Contas Ativas

“Ativo é a parte "positiva" do patrimônio: bens e direitos. Não é muito difícil imaginar isso - dinheiro, conta no banco (com saldo no azul), terrenos, prédios, automóvel.” (EPX)

“Num balanço, as contas do ativo são listadas em ordem inversa de liquidez. Por exemplo, é mais fácil sacar dinheiro de uma conta bancária do que vender um terreno, portanto a conta aparece mais acima. Por tradição, dinheiro em mão sempre aparece em primeiríssimo lugar.” (EPX)

Quando se aplica dinheiro em uma conta ativa, ela cresce, portanto ela possui natureza devedora. Saldo positivo em conta bancária é saldo devedor. Um bom exemplo é o seguro de um carro. Você paga um ano inteiro antecipadamente, mas não seria correto considerar isso como despesa no mês do pagamento, pois ele vale por todo o ano. (EPX)

2.3. Avaliação das Contas a Receber

(CAVALCANTI, 2003, Pg. 190) De acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, as contas a receber são avaliadas pelo valor líquido realizável, ou seja, pela quantia que se espera que se transforme em dinheiro.

(CAVALCANTI, 2003, Pg. 190) A empresa, quando efetua uma venda a prazo de bens ou serviços, parte do pressuposto de que o cliente vai pagar sua dívida. Entretanto, por uma série de motivos, acontece que alguns clientes não pagam e como consequências disso, as vendas e as contas a receber ficam superavaliadas, distorcendo as informações das demonstrações financeiras.

Quando se tratar de créditos em moeda estrangeira ou proveniente de contratos com cláusula de correção monetária e juros, deve ser efetuada a atualização de tais valores até a data do balanço, visando atender ao regime de competência.

2.4 Duplicadas a Receber

Também evidenciada como contas a receber, clientes, devedores por duplicatas, e até títulos a receber – às duplicatas a receber controla todas as vendas a prazo, lastreadas por um título de crédito denominado duplicata ou cópia da fatura.

Uma empresa que só vende a vista – exemplo de um supermercado – não teria necessidade da criação desta conta, a não ser que desejasse controlar cheques pré-datados ou semelhantes.

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 96) Originam-se no curso normal das operações da empresa pela venda a prazo de mercadorias ou serviços, representando um direito a cobrar de seus clientes.

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 96) Normalmente, tais contas de clientes são representadas por faturas ou duplicatas em aberto na data do balanço, porém, podem existir valores a receber, ainda não faturado, oriundos de diversas operações, particularmente no ramo de construção, produção de equipamentos sob encomenda e de serviços profissionais.

2.5 Duplicatas Descontadas

Conforme (Manual de contabilidade, 2003, Pg. 107) Duplicatas Descontadas é prática comum à empresa descontarem em instituições bancárias parte de suas duplicatas a receber, obtendo no ato o valor das mesmas deduzidas de despesas bancárias e de juros relativos ao período a transcorrer entre a data da operação de desconto e o vencimento das duplicatas.

Conforme (Manual de contabilidade, 2003, Pg. 107) Como a empresa continua co-responsável perante o banco, deve saldar a dívida caso o cliente, cuja duplicata foi descontada, falte ao pagamento no vencimento. Por esse motivo, o montante das duplicatas ou contas a receberem descontadas na data do balanço deve ser demonstrado como conta redutora das contas a receber respectivas, de modo a esclarecer que a empresa negociou aqueles direitos, no entanto, pode ter que readquiri-los se o devedor faltar com o pagamento.

2.6 Impostos a Recuperar

(CAVALCANTI, 2003, Pg. 202) Os impostos a recuperar são classificados no grupo contas a receber e representa saldo devedor na conta corrente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS ou do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI.

De acordo com a legislação fiscal desses impostos, os débitos fiscais pelas vendas são compensados com os créditos fiscais das compras, mediante confronto dos valores registrados nos livros fiscais, apurando-se, assim, um saldo a recolher ou a recuperar, dependendo do volume de vendas e compras no período de apuração. Se for apurado um saldo a recolher, esse valor deverá figurar no Passivo Circulante no subgrupo Imposto a Recolher. Caso seja apurado um saldo a recuperar, esse valor será registrado nessa conta no grupo Ativo Circulante.

2.7 Outros Créditos

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 108) Em termos de apresentação no balanço, os Outros Créditos devem ser agrupados e apresentados em um só título, se seu total não for significativo, comparativamente com os demais subgrupos.

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 108) O agrupamento de Outros Créditos pode ser genericamente analisado como sendo compostos pelos demais títulos, valores e outras contas a receber, normalmente não originadas do objeto principal da sociedade.

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 108) Esses subgrupos podem ser compostos de diversas contas, sendo as mais comuns:

- Títulos a Receber,
- Cheques em Cobrança,
- Dividendos propostos a Receber,
- Bancos – contas vinculadas,
- Juros a Receber,
- Adiantamento a Terceiros,
- Créditos de Funcionários,
- Tributos a Compensar e Recuperar,

- Operações em Bolsas,
- Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados,
- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa,
- Provisões,
- Ajuste a Valor Presente.

2.8.1 Títulos a Receber

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 108) Os Títulos a Receber originam-se das próprias contas normais a receber de clientes, as quais, quando vencidas e não pagas, são passíveis de renegociação mediante troca por Títulos a Receber (notas promissórias) como novos prazos de vencimento, normalmente acrescidos de juros.

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 108) Podem também ser oriundos de vendas não ligadas às operações normais da empresa, tais como vendas de investimentos ou bens do imobilizado, como móveis, equipamentos, veículos, dentre outros.

2.8.2 Cheques em Cobrança

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 109) Essa conta engloba os cheques recebidos até a data do balanço, mas não cobráveis imediatamente, por serem pagáveis em outras praças ou por outras restrições de seu recebimento à vista. Podem originar-se também de cheques recebidos anteriormente e devolvidos por falta de fundos, que se encontre em processo normal ou judicial de cobrança.

2.8.3 Dividendos Propostos a Receber

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 109) Essa conta destina-se a registrar os dividendos a que a empresa tenha direito, em função de participação em outras empresas, quando tais empresas já tenham registrado na Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados a parcela de Dividendos Propostos a Distribuir. Posteriormente, dá-se baixa nessa conta, quando do efetivo recebimento desses dividendos.

2.8.4 Bancos – Contas Vinculadas

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 88) Seus saldos não estão imediatamente disponíveis para os pagamentos normais da empresa, já que estão sujeitos a restrições quanto à retirada ou a outras condições. Desta forma, tais Depósitos Bancários Vinculados não devem fazer parte integrante das disponibilidades, e sua classificação no balanço deve levar em conta suas características específicas e as restrições existentes.

2.8.5 Juros a Receber

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 109) O objetivo dos dessa conta é o de registrar os juros a receber de terceiros relativos a diversas operações, tais como de empréstimos feitos a terceiros, juros das aplicações em títulos de emissão do governo e outras operações nas quais os juros não sejam agregados aos próprios títulos.

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 109) Sua contabilização deve seguir o regime de competência, ou seja, *pro rata temporis* calculado pela taxa dos juros em função do tempo já transcorrido.

2.8.6 Adiantamentos a Terceiros

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 109) Essa conta engloba o numerário a terceiros, mas sem vinculação específica ao fornecimento de bens, produtos ou serviços contratuais predeterminados.

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 141) Inclui entrega de numerário a terceiros, mas sem vinculação específica ao fornecimento. É o caso de produtos ou serviços predeterminados. É o caso de entrega de dinheiro na forma de conta corrente a ser saldada, ou pelo fornecimento citado, ou pela devolução.

2.8.7 Créditos de Funcionários

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 109) Nesta conta deve englobar todas as operações de créditos a funcionários por adiantamentos concedidos por conta de salários, por conta de despesas, por conta de empréstimos e outros.

2.8.8 Tributos a Compensar e Recuperar

“Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência. O valor dos juros calculados com base na taxa SELIC para títulos federais acumulada mensalmente será registrado em conta de resultado que pode ser intitulada como juros ativos, tendo como contrapartida a conta que registra o crédito a compensar. A empresa deverá manter controles extra-contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.” (PORTAL DE AUDITORIA)

2.8.9 Operações em Bolsa

Conforme (Manual de contabilidade, 2003, Pg. 111) pode-se distinguir este aspecto em duas modalidades distintas onde a primeira seria o Depósito para Garantias de Operações em Termos, cujo prazo de liquidação é diferido, em geral, de 30 a 180 dias, o contratante é obrigado a fazer um depósito a título de garantia para a operação e quanto ao segundo termo, entra o Mercado de Opções ou Prêmios Pagos, que corresponde ao montante pago pelo comprador ao lançador, para poder exercer o poder de compra das ações, e que não é dedutível do valor da negociação, nem recuperável, ou seja, caso o comprador não exerça seu direito de compra, perderá o prêmio pago.

2.8.10 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 112) Nessa conta devem ser registrados todos os depósitos e cauções efetuados pela empresa para garantia de contratos, como os de aluguel, bem como para direito de uso ou exploração temporária de bens, ou ainda, os de natureza judicial. Para qualquer dessas operações, a classificação nessa conta deve abranger somente os valores a serem recuperados

em curto prazo, pois os de realização superior a um ano da data do balanço devem figurar em conta similar do Realizável à Longo Prazo.

2.8.11 Provisões

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 112) Essas provisões devem ser constituídas por valores que cubram a expectativa de perdas nas diversas contas desse subgrupo. Os critérios de sua constituição e contabilização são similares aos da mesma provisão do subgrupo clientes.

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 112) A segregação da provisão em duas contas destina-se a separar as perdas conforme sua origem, ou seja, as perdas com o não-recebimento dos valores a receber por inadimplência de terceiros e as perdas por outras razões.

(Manual de contabilidade, 2003, Pg. 112) As contas mais suscetíveis de perdas por crédito de liquidação duvidosa são as de títulos a receber, cheques em cobrança, adiantamentos a terceiros e a funcionários.

Dependendo da natureza das operações da empresa, poderá ser necessário constituir outras provisões além da de devedores duvidosos, como exemplo (ALMEIDA, 2003, 203p):

- Provisão para despesas com cobranças (vendas a prestação);
- Provisão para bonificações (redução da conta a receber do cliente em função do volume de compras).

2.8.12 Ajuste a Valores Presentes

(RESOLUÇÃO 1.157, CFC, Pg. 21) O ajuste a Valor Presente é obrigatório para todos os ativos e passivos não circulantes recebíveis ou exigíveis, e também para os circulantes se a diferença entre praticá-lo ou não for relevante para a avaliação da situação patrimonial ou do resultado.

(RESOLUÇÃO 1.157, CFC, Pg. 21) Como regra os valores transacionados em condições normais com instituições financeiras já estão a valor presente, não sendo necessário qualquer ajuste, desde que as apropriações dos respectivos rendimentos ou encargos

financeiros venham sendo efetuadas pela taxa efetiva de juros (juros compostos), ou seja, que se esteja praticando o “custo amortizado”.

(RESOLUÇÃO 1.157, CFC, Pg. 22) Mas deve ser entendido que certas taxas em certas situações são dadas como de mercado pela presença de apenas um tipo de instituição, como é o caso do BNDES no Brasil; nesse caso, não há ajustes a serem feitos porque os montantes devidos já devem estar registrados a valor presente, sobre o qual incidem os juros aplicáveis às respectivas transações.

(RESOLUÇÃO 1.157, CFC, Pg. 22) Há situações em que passivos são reconhecidos a preços atuais, mas para liquidação a médio ou longo prazo, como certas provisões. Os ajustes a valor presente são obrigatórios nesses casos, pelas taxas reais de desconto, já que os preços estão em moeda de agora (pagamento futuro, mas preços de agora). Se os valores registrados embutem inflação, a taxa de desconto precisa também incluir a inflação estimada.

(RESOLUÇÃO 1.157, CFC, Pg. 22) Os ajustes a valor presente são normalmente contabilizados como contas retificadoras dos recebíveis e exigíveis e vão sendo alocados ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros.

3. FALTA DE CONTROLE NO CONTROLE INTERNO DE CONTAS A RECEBER

A palavra risco era conhecida apenas como um componente indispensável nos negócios com o qual as empresas eram obrigadas a lidar no seu dia-a-dia.

(Departamento de Ciências Contábeis - CNN, UFSC, Pg. 14) Este componente era gerado por diversos fatores que resultavam em prejuízos para as entidades. As organizações foram levadas a destinar maior atenção para o controle e proteção dos seus ativos. Os profissionais competentes passaram a focar sua atenção na construção e na monitoração dos controles internos na realização das atividades.

Sem dúvidas, o ciclo de vendas e contas a receber juntamente com a tesouraria formam o ciclo mais importante nas empresas, independente do ramo de atividades. As contas a receber devem ser cobradas nas datas negociadas. As empresas devem assegurar de que os recursos estão disponíveis em suas contas bancárias, os títulos devem ser baixados das contas a receber e realizado o respectivo registro contábil. Para uma maior segurança é importante a utilização da rede bancária para os recebimentos, bem como a utilização de razão auxiliar das contas a receber, o qual deve apresentar resultados iguais a contabilidade.

Todo o ciclo de vendas, contas a receber e recebimento se inicia pela empresa, onde se formaliza um contrato, gerando de um lado a obrigação do cliente em efetuar os pagamentos das mensalidades e de outro lado a obrigação da empresa em prestar os serviços. A partir desse momento surgem as informações para a elaboração do orçamento.

A implicação da falta de controle do registro das operações de vendas se dá no momento em que o registro pode apresentar falhas, ocasionando erros e até mesmo roubo, podem-se citar como exemplo as duplicatas a receber, em que no momento da venda pode ser realizado um duplo registro para a mesma venda, indicando assim, que houve duas vendas para o mesmo produto, implicando em um aumento dos direitos a receber que não reflete a realidade, já que haverá posteriormente apenas um recebimento, alterando o resultado do exercício e passando uma falsa impressão da demonstração patrimonial.

Situação semelhante pode ocorrer nas duplicatas descontadas, a empresa como forma de obter recursos para investimentos, procura o banco para descontar suas duplicatas, as partes firmam um contrato, quando a duplicata descontada não é registrada, a conta da respectiva duplicata que foi descontada não será baixada e haverá um aumento de disponibilidades, porém não haverá a redução do respectivo ativo, gerando um aumento do ativo que não reflete com a realidade. E no momento do pagamento por parte do cliente, haverá uma incompatibilidade de registros na contabilidade. Já o não pagamento por parte do cliente, acarretará numa redução das disponibilidades, o banco pegará de volta o montante descontado, e com isso haverá prejuízo por parte da empresa por já ter pago ao banco os juros acordados no momento do desconto da duplicata, a empresa teria apresentado uma entrada e saída de recursos estranhos a contabilidade, fazendo com que esse fato fique oculto dos registros contábeis. As normas de contabilidade dizem que se devem demonstrar todos os fatos ocorridos na empresa.

Pode-se também citar o não registro da duplicata a receber, quando a duplicata não é registrada ou é desviada, há uma redução do ativo, causando prejuízos ao resultado do exercício, nesse momento a segregação de funções de registro de duplicatas e recebimento de duplicatas é indispensável, observando que existe a possibilidade de um funcionário tentar se aproveitar da falha do controle ou a inexistência do mesmo em benefício próprio.

As implicações da falta de controle interno nas contas a receber são determinantes no sucesso da empresa, no mercado muitas empresas abrem todo ano e muitas fecham todo ano, as causas da falência ou da desistência da continuidade no mercado são de diversas naturezas, mas muitas delas são causadas pela ineficiência de controlar seus recursos e gerar lucros. Boa parte dessa ineficiência está ligada a falta de controle interno ou ineficiência do mesmo.

Outro exemplo dessa falha no controle interno está nos impostos a recuperar, no momento da compra de mercadorias o imposto incidente será pago pela empresa a fim de ser repassado ao cliente posteriormente no momento da venda, no caso do não registro do recolhimento pela empresa, seria o mesmo que dizer “a empresa está sonegando impostos” e com isso aumentando seu patrimônio e gerando um resultado acima do que seria correto. Funcionários que trabalhem numa empresa

onde parte do lucro é dividida entre os empregados, podem-se usar dessa falha do controle para receber um montante a mais no fim do ano ou os próprios empresários a fim de receber um montante maior de lucro.

A existência da possibilidade de receber benefícios a partir de falhas no controle por parte de membros da empresa também esta ligada aos títulos a receber, o não registro dos títulos a receber podem ser usufruídos com o fim de obter benefícios para a empresa, a venda de um ativo sem a respectiva baixa, além de não refletir a realidade do balanço, poderia demonstrar que uma empresa obteve um aumento das disponibilidades, mas não teve a baixa do ativo, o resultado do exercício estaria refletindo uma realidade distorcida, empresas podem usufruir dessa falha para buscar novos investidores que acreditariam que a empresa esta obtendo resultados positivos e buscando expandir o seu mercado, e assim, serem lesados.

Há também o benefício próprio, em que o funcionário ou até mesmo o empresário pode vender o ativo e receber o dinheiro, não contabilizando a baixa do ativo e nem o aumento das disponibilidades, essa situação pode ocorrer também com cheques em cobrança.

O objetivo dos juros a receber é o de registrar os juros a receber de terceiros relativos a diversas operações, tais como empréstimos feitos a terceiros, juros das aplicações em títulos de emissão do governo e outras operações nas quais os juros não sejam agregados aos próprios títulos. A falta de controle dessa conta poderá implicar na falta da contabilização dos juros a que a empresa tem direito, o erro compromete a fidedignidade das informações, alguns títulos permitem que sejam retirados apenas os juros da operação e a ineficiência do controle pode ocasionar o desvio desses recebimentos da empresa, ou a sua destinação pode não ser evidenciada e assim a empresa não investir tal receita apropriadamente.

As provisões são utilizadas a fim de buscar a realidade mais próxima da capacidade de recebimento das dividas por parte de terceiros, ajustar a receita a sua realidade, evitando assim a demonstração de lucro que não irá se concretizar. A ineficiência do controle pode ocasionar uma avaliação significativamente abaixo das perdas esperadas e a empresa utilizar os recursos que não possui e comprometer a capacidade de saldar suas dividas, devida a falta de recursos em longo prazo. A

constituição a maior dessa provisão pode ser utilizada para obter-se uma redução nos impostos calculados após o lucro, apesar de no ano seguinte possuir uma receita maior, devido ao grande volume de recebimentos dessas provisões por parte dos devedores e pagar os impostos antes não pagos, mas em curto prazo obtêm-se um benefício.

(BIAZZI, 2005, Pg. 111) Quanto aos valores da inadimplência, existe a interação do Sistema Financeiro com o Sistema Orçamentário, a fim de buscar as informações das provisões para devedores duvidosos e devolver as informações da efetivação das despesas com as provisões.

O Sistema Financeiro controla as contas a receber e gera as informações para o Sistema de Contabilidade, ou seja, o próprio Sistema Financeiro é que gera os lançamentos de contas a receber na Contabilidade, esta, por sua vez, faz as conciliações e conferências.

O Sistema Financeiro armazena todas as informações das contas a receber, gera relatórios para as conciliações contábeis e controles internos e repassa as informações para o Sistema Gerencial.

É fundamental a utilização de um sistema de controle auxiliar para as contas a receber, sendo preciso um controle analítico por clientes, aberto por título a receber.

(Artigo da Monografia Ultra) O controle interno foi pensado essencialmente para limitar os riscos que afetam as atividades das entidades. Através da investigação e análise dos riscos relevantes e o ponto até o qual o controle vigente os neutraliza, avalia-se a vulnerabilidade do sistema.

(Artigo da Monografia Ultra) É importante monitorar o controle interno para determinar se este está operando na forma esperada e é necessário fazer modificações. As atividades de monitoramento permanente incluem atividades de supervisão realizadas de forma permanente, diretamente pelas diferentes estruturas de gestão.

(PERAZZOLI, GIASSON, pg. 4) Para (Godoy, 1998, 51p) “O objetivo do controle de contas a receber, visa “principalmente fornecer garantia de que todo o

recebimento quer via fundo de caixa, quer via instituições financeiras são imediata e integralmente creditadas em contas bancárias pertencentes à empresa”.

(PERAZZOLI, GIASSON, pg. 6) Toda a venda que a empresa realizar deve estar fundamentado em documento, ser registrado em uma planilha, formulário, que possibilite de imediato conhecer todos os recebimentos a vencer, suas datas e valores bem como o seu montante.

(BIAZZI, 2005, Pg. 33) Um sistema de controle interno permite que os funcionários tenham liberdade de atuação, buscando melhores resultados, mas sem possibilitar que estes tomem proveito de seu poder, pois um sistema de controle interno adequado previne que funcionários possam cair no erro dado a possíveis problemas pessoais ou financeiros e incorrer em atos contra a empresa. Não basta apenas possuir um sistema de controle interno moderno e atualizado se não são propostas mudanças para corrigir os possíveis erros, assim como a identificação e punição das pessoas que estão lesando a empresa por meio desses erros.

Os controles internos de contas a receber auxiliam a organização e servem como referencial aos gestores nos processos de planejamento e tomada de decisão. Uma entidade não tem como finalidade somente a maximização de seus resultados, mas também a melhoria da produtividade, satisfação de seus clientes, responsabilidade pública e social, desenvolvimento dos recursos humanos.

CONCLUSÃO

Com base nas falhas do controle, a empresa poderá tomar decisões em relação ao seu controle interno e à medida que deverá adotar para sanar os problemas encontrados e propor as devidas correções ou punições aos responsáveis.

A falha no controle traz prejuízos, como foram apresentadas, as duplicatas descontadas, impostos a recuperar, duplicatas a receber quando não registradas ocasionam uma mudança significativa na demonstração patrimonial e no resultado do exercício. Em alguns momentos a empresa até poderá obter algum benefício, como no caso dos impostos a recuperar não registrados, já que a mesma não irá demonstrar esse imposto e conseqüentemente, irá apresentar um lucro maior, ou no caso de duplicatas a receber não registradas irá apresentar um lucro menor, pois a receita não terá sido reconhecida.

Tais situações ocorrem da mesma forma em diversas contas do ativo Contas a receber, Títulos a receber, Juros a receber, Cheques em cobranças entre outros. A má disposição do controle em relação as atribuições acarretará em diversas situações, muitas vezes trazendo prejuízos a empresa, em outras até benefício, porém tais benefícios foram obtidos de forma irregular e poderá ocasionar em problemas com a justiça.

Após a apresentação do estudo conclui-se que o problema apresentado “O controle do controle interno de contas a receber é relevante para a organização?” pode ser respondido. Diversos autores quando tratam do assunto de controle interno são objetivos em afirmar que o controle é de extrema importância para as empresas. Com um controle interno bem implantado, ao otimizar os recursos e aumentar a eficiência operacional, a empresa alcança de forma satisfatória seus objetivos, as perdas são minimizadas, os recursos utilizados são mais bem distribuídos, a capacidade de prever erros e evitar fraudes e roubos são concretas. Uma empresa que possui um bom sistema de controle interno esta suscetível ao sucesso e estará à frente dos concorrentes que não os possui, podendo oferecer melhores serviços e preços aos clientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria – Um curso moderno e completo**. São Paulo: Atlas, 2003.
- ATTIE, William. **Auditoria – Conceitos e Aplicações**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- BIAZZI, Juceli Antonio, **Aplicação do fluxo de caixa como ferramenta de gestão financeira às instituições de ensino superior: um estudo de caso**, Santa Catarina: URC, Disponível em:
http://proxy.furb.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2007-01-18T145327Z-226/Publico/xDiss%20Juceli%20Antonio%20Biazzi.pdf, acessado em: 11/11/2010.
- BLATT, Adriano, **Gestão de contas a receber**, Disponível em:
http://www.sci.com.br/cmn_mat.asp?MAT_COD=26&MAT_ANO=2000, acessado em: 12/11/2010.
- BRASIL, CFC, Resolução 1.157, de 2009, **Aprova o Comunicado Técnico CT 03 - Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008**. Acessado em: 10/11/2010.
- CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre De, **Sistema de controle interno**, Disponível em: <http://www.tce.to.gov.br/seminarioLRF/documento/apostila.pdf>, acessado em: 12/11/2010.
- Contas a Receber, Disponível em: <http://www.contaspagar.com/contas-a-receber>, acessado em: 12/11/2010.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil – Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2009.
- Departamento de Ciências Contábeis - CNN, UFSC, **Controles internos: uma abordagem no setor financeiro nas empresas “beta Ltda.” e “alfa Ltda.”**, Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/2CCF/20080717134405.pdf>, acessado em: 11/10/2010.

- EPX, **Princípios Fundamentais de Contabilidade: Débito e Crédito**. Disponível em: http://epx.com.br/ctb/ctb_self.php, acessado em: 11/10/2010.
- FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral** . 9ª ed. São Paulo: Atlas, 1981.
- FERREIRA, Ricardo J. **Manual de Auditoria**. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2009.
- FRANCO, Hilário. **Auditoria Contábil**. São Paulo: Atlas, 2001.
- GRIECO, Rodrigo Bossardi, **A importância da auditoria interna contábil como instrumento de verificação e controle**, Disponível em: <http://www.ftec.com.br/empresajr/revista/autor/pdf/grieco.pdf>, acessado em 11/11/2010.
- GODOY José Antônio de. **Controle interno nas empresas**. 10º Conselho regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. São Paulo: Atlas, 1998.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. São Paulo: Atlas, 2003.
- JUND, Sergio. **Auditoria – Conceitos, Normas, Técnicas e Procedimentos**. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.
- Manual de Controle Interno. Disponível em: <http://www.classecontabil.com.br/v3/imprimir/artigo/1770>. Acesso em: 28/10/2010.
- Monografia Ultra, **Controle Interno**, Disponível em: <http://www.squidoo.com/controle-interno-monografia-tcc>, acessado em: 13/11/2010.
- PERAZZOLI, Gisele Salet, GIASSON, Oldair Roberto, Revista Estudante, **Controle interno para auxílio de tomada de decisão gerencial: um estudo de caso em uma pequena empresa**, Disponível em: <http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/ecap/article/viewFile/451/229>, acessado em: 13/11/2010.

- PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Auditoria de demonstrações contábeis: normas e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- Portal de Auditoria, **Tributos a compensar – recolhimentos indevidos ou a maior**, Disponível em:
http://www.portaldeauditoria.com.br/tematica/contabilidadecomentada_estruturacaoeclassei.htm
http://www.portaldeauditoria.com.br/tematica/ctrib_tributosacompensar.htm,
acessado em: 10/10/2010.
- RESKE, Antonio Filho, JACQUES, Elizeu de Albuquerque, MARIAN, Paulo David, Revista eletrônica de Contabilidade, **O controle interno como ferramenta para o sucesso empresarial**, 2005, URSM. Disponível em:
<http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vIIn01/a07vIIn01.pdf>, acessado em: 12/11/2010.
- ROSA, Marcio Félix, **Crédito de Cliente: Procedimentos Contábeis**, 2005, Disponível em: <http://www.fiscosoft.com.br/a/2v6r/credito-de-cliente-procedimentos-contabeis-marcio-felix-rosa>, acessado em: 11/10/2010.
- SANTOS, Ivan, **Contas a pagar/receber contencioso**, Disponível em:
<http://www.ivansantos.com.br/contas.htm>, acessado em: 04/10/2010.
- VELTER, Francisco. **Manual de Contabilidade**. Rio de Janeiro: Impetus. 2004.